

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 18 - Psicología Social Del Trabajo En América Latina: Identidades y procesos de subjetivación, salud de los trabajadores, prácticas y producción de sentidos en lo cotidiano

Título do Trabalho: Polimorfia do trabalho no contexto urbano. Pensando uma agenda de estudos sobre o “criar trabalho” para a psicologia social do trabalho.

Autora: Leny Sato

Polimorfia do trabalho no contexto urbano. Pensando uma agenda de estudos sobre o “criar trabalho” para a psicologia social do trabalho.

Esse estudo visa identificar as leituras e abordagens sobre formas de trabalho que escapam à relação de assalariamento. Como perguntas norteadoras, formulam-se: quais formas de trabalho são discutidas? quais os enfoques adotados? quais os problemas apresentados? o que eles apontam para uma possível agenda de pesquisa em psicologia social do trabalho? Metodologia: estudo da literatura sobre o assunto nas diversas disciplinas das ciências humanas. Os resultados mostram a importância em se considerar a polimorfia do trabalho nos centros urbanos, apontando para: o polêmico debate sobre a relação formal/informal, as distinções entre trabalho e emprego, a relevância de se considerar como unidade de análise da família para o estudo do trabalho, a restrição dos estudos empreendidos pela psicologia no campo do trabalho.

Objeto: No campo da sociologia do trabalho e da economia, a discussão sobre a multiplicidade de formas de trabalho é parte integrante da agenda de pesquisa no

contexto da América Latina. Além da evidente e necessária preocupação com o trabalho assalariado (suas configurações e seus problemas), lançar luz sobre essa multiplicidade é foco de preocupação e se encontra presente, por exemplo, nas discussões sobre a Política Pública de Trabalho e Emprego, nas discussões sobre a Economia Solidária e nos acalorados debates sobre os usos do termo “informal” para qualificar o setor, o trabalho e o mercado, como mostra o panorama que recupera essa discussão (Ulyssea, 2006; Sato, 2011). Tal preocupação, entretanto, não se encontra presente, de um modo sistemático, nos estudos da psicologia social do trabalho.

Objetivo: O objetivo é identificar as leituras e abordagens sobre formas de trabalho que escapam à relação de assalariamento. Como perguntas norteadoras, formulam-se: quais formas de trabalho são discutidas? quais os enfoques adotados? quais os problemas apresentados? o que eles apontam para uma possível agenda de pesquisa em psicologia social do trabalho? Metodologia: estudo da literatura sobre o assunto nas diversas disciplinas das ciências humanas. Resultados: Formas de trabalho abordadas: a) informalidade: Mais recentemente, em função das mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, a crescente desestabilização dos estáveis (Hirata, 2011) — com a adoção de diversos níveis de sub-contratação (terceirização) na cadeia produtiva — parece também ter contribuído para que o tema da informalidade seja estudado, com a justa preocupação sobre a precariedade que essa realidade impõe. Uma das evidências nesse sentido é o número especial organizado por Graça Druck e Tania Franco (2011) sobre Trabalho e Precarização. Na chave do trabalho informal, Ulyssea(2006) aponta que o crescimento do mercado informal de trabalho no Brasil deu-se na década de 1980, mas que a partir de 1990 houve crescimento sem precedentes dessa modalidade de precarização do trabalho. Como apontam Druck e Franco (2011), tal fenômeno ocorre no contexto da globalização neoliberal e da reestruturação produtiva que conduzem à flexibilização, desregulamentação e precarização social. Assim sendo, segundo o enfoque histórico-estrutural, esse processo está fortemente vinculado à lógica da sociedade capitalista e o trabalho informal é parte integrante e necessária.

Nesse mesmo sentido se dá a contribuição de Menni (2004), para quem o trabalho informal só pode ser compreendido como decorrência do desemprego e do neoliberalismo; ou seja, como decorrência de uma política destruidora de emprego. Nesse sentido, a leitura adotada rechaça o dualismo formal-informal e aponta para

uma relação dialética dos dois níveis da economia. “Desocupação no setor formal, pobreza, ingresso no setor informal, busca de um trabalho assalariado, são elos que mostram as inter-relações de ambos os setores”(Menni, 2004, p. 51).

É nesse contexto que se dá o “rebuscársela”¹ que parece ser possível traduzir para o português pelo que no Brasil denominamos “se virar”, ou nos termos de Alejandro Portes: “cuentapropismo de supervivencia”(Menni, 2004, p. 53). Como ironizam Arriba e Quirós (*apud* Menni (2004), os informais seriam “o novo sendero”, no sentido de serem a vanguarda da nova revolução liberal.

Noronha (2003) aponta uma distinção importante entre a “nova informalidade” vinculada aos processos de sub-contratação e consequente precarização, visando a maximização dos lucros, e a “velha informalidade”, que congrega as atividades “pobres”.

b) polimorfia do trabalho: um outro aspecto que emerge nos estudos é a necessidade de ampliar os focos de leitura e do que se entende por “trabalho” é demonstrada por autores que têm se aproximado da realidade social, que têm sido cautelosos em criar categorias, de antemão, e de modo tão “estrito”, crivos de leitura que arrisquem enformar, classificar e nominar tais atividades de modo precoce com relação ao conhecimento disponível sobre a polimorfia do “trabalho”.

É com esse tatear cuidadoso, reflexivo e sensível que se desenvolve a investigação de Vera da Silva Telles (2010), em sua elucidativa pesquisa sobre o trabalho no contexto urbano contemporâneo de uma megalópole como São Paulo (Brasil). Ela nos oferece uma rica reflexão sobre os limites do uso de categorias teóricas que construíam clivagens no universo de tipos de trabalho existentes no contexto da cidade fordista. Para a autora, “mobilidade” é uma categoria de análise que agora se faz necessária para entender o fenômeno do trabalho no contexto estudado, pois as diversas fronteiras que demarcavam tipos de setor, de mercado e de trabalho, se embaralharam. Há uma polimorfia que deve ser contemplada e Vera da Silva Telles tem seu foco de estudo no embaralhamento da fronteira entre o legal e o ilegal.

c) trabalho e emprego: De outro lado, a rica etnografia de Florence Weber (2009) nos mostra como o olhar sobre o “trabalho” fora do “emprego” abre muitas possibilidade de reflexão, não apenas sobre as condições do próprio emprego, mas

¹ Rebusque significa “solución ocasional e ingeniosa con que se sortean las dificultades cotidianas (Menni, 2004, p. 52).

também sobre as diversas formas e tipos de atividade desenvolvidas paralelamente a ele. O caso estudado é de operários empregados numa grande fábrica numa pequena cidade no interior da França que dedicam-se a diversas atividades paralelas ao emprego; seu interesse, especificamente, eram as “práticas de trabalho fora da fábrica”(71). É elucidativo o cuidado de Weber para nominar essas atividades paralelas, considerando-se a cultura, os valores e o lugar que elas ocupam na vida das pessoas. Percorrendo o texto, vê-se a diversidade de termos para designar esse “trabalho”: trabalho suplementar, trabalho paralelo, lazer, *bricolagem*, passatempo, trabalho não-declarado, trabalhos manuais, atividades extraprofissionais, segundo (trabalho) assalariado, trabalho no exterior². Ao lado disso, Weber refletiu sobre eixos possíveis de análise: mercantil/não mercantil, legal/ilegal, trabalho independente/trabalho assalariado.

Mas a restrição quanto aos tipos de atividade, relações de trabalho e de profissões que entram no que se concebe como “trabalho” também está presente no imaginário dos trabalhadores. Em pesquisa sobre desemprego (Azevedo e cols., 1998) constatou-se que os trabalhadores entrevistados, ao serem solicitados que reconstruíssem suas histórias de trabalho, frequentemente omitiam aqueles trabalhos remunerados que escapavam às “profissões” tradicionais e aos vínculos socialmente reconhecidos como “formais”. A “cultura do emprego”(Jardim, 2009) parece nortear o que parece ser mandatório conter na biografia de trabalho: apenas o “trabalho regulado”. E, para que outras atividades de trabalho remunerado emergissem no discurso desses trabalhadores, era necessário que o interlocutor os inquirisse diretamente sobre o assunto.

d) família como unidade de análise: Alguns estudos têm apontado a importância de tomar a família como unidade de análise para estudos que considerem a polimorfia do trabalho. No estudo de Vinay (1992), o foco recai sobre as necessidades da reprodução social (cuidados com crianças, com idosos e com a vida familiar em geral). Assim, em seu estudo, a autora mostra como a disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho informal e irregular. Assim, do núcleo familiar o homem, de modo geral, é quem deve garantir um vínculo no mercado formal de trabalho, tendo maior estabilidade no trabalho. Por sua vez, a mulher deve estar mais

² Exterior da usina.

disponível para as exigências domésticas, segundo o ciclo de vida da família³. Como afirma a autora: “as mulheres entravam e saíam do mercado de trabalho formal a depender das exigências da demanda e a depender das exigências postas do ciclo de vida da família constituindo assim, para a economia local, uma importante reserva de mão-de-obra, utilizável na economia informal e em particular no trabalho negro (lavoro ‘nero’) a domicílio”. (p. 201).

e) foco dos estudos de psicologia do trabalho: Para a psicologia, o “emprego” foi o alicerce que deu sustentação à construção ao campo. A psicologia social do trabalho acabou por construir seus objetos teóricos com esse foco de leitura sobre o que é “Trabalho”, o que nos apetrechou de modo bastante restrito com o que é a realidade de trabalho nos países da América Latina. A esse respeito, Peter Spink (2009), aponta: “Esse cenário coloca a psicologia do trabalho, enquanto campo de conhecimento, em posição difícil. Primeiro, porque grande parte de suas teorias foi — como não poderia deixar de ser — construída sob a mesma perspectiva hegemônica que influenciou a OIT: a do trabalho assalariado e sindicalizado em uma empresa de porte suficiente para fiscalizar condições e assegurar direitos previdenciários”(Spink, 2009: 228).

A psicologia do trabalho fixou-se nas “profissões, nos gestores e nos grupos de trabalhadores mais fáceis de definir”(Spink, 2009: 228). Ficaram, portanto, fora do universo passível de estudo, muitas situações de trabalho, incluídas as que costumeiramente se designa por “trabalho informal”.

A psicologia deve se beneficiar das discussões havidas em outras disciplinas de modo a delinear e posicionar-se nos estudos sobre as formas adotadas pelas pessoas para “criar trabalho”.

Bibliografia principal:

AZEVEDO, J. T. e cols. (1998). As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 1(1): 15-42.

COSTA, M. S. 2010. « Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira », *Cadernos CRH*, Salvador, nº 23, 58, pp. 171-190.

³ A flexibilidade da mão de obra feminina é explicada pela “economia difusa” (p. 201)

- DRUCK, G. e FRANCO, T. (2011). Trabalho e precarização social – Introdução. Caderno CRH, 24(n. Spe.01): 9-12.
- HIRATA, H. 2011. « Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão », *Caderno CRH*, n. spe. 01, 24, pp. 13-20.
- JARDIM, F. A.A. (2009). *Entre desalento e invenção: experiências de desemprego e desenraizamento em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp.
- MENNI, A.M.(2004). Cómo rebuscársela: trabajo informal en tempos de crisis. *Politica y Cultura*, otoño, num. 22, pp. 47-70.
- NORONHA, E. G. 2003. « Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil », *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, 53, pp. 111-129.
- SATO, L. (2011). Psicologia e Trabalho: focalizando as 'profissões ignoradas'. In: Benedito Medrado e Wedna Galindo. (Org.). *Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*. Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO. 1ed.Recife: Editora Universitária da UFPE: 233-250.
- SPINK, P. 2009. « Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente ». *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, nº 12, 2, pp. 227-242.
- TELLES, V. S. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*, Belo Horizonte, Editora Argumentum.
- UYSSEA, G. (2006). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, 26(4): 596-618.
- VINAY, P. (1992). Donne e ‘flessibilita’ del lavoro dalla economia informale ala riorganizzazione dei tempi. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, 32, número especial dedicat a la memòria del doctor Salvador Llobet (III), pp.189-205.
- WEBER, F. 2009. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*, Rio de Janeiro, Garamond.